



MONÇÕES

Revista de Relações Internacionais da UFGD

ISSN 2316-8323

BANCO DE RESUMOS: TESES E DISSERTAÇÕES

Vinte dissertações e teses na área de Política Externa Brasileira (2010 e 2012)

Muito já se falou e se escreveu sobre a expansão do campo e das pesquisas e, conseqüentemente, das publicações na área de relações internacionais. A equipe da Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD selecionou 20 dissertações e teses defendidas, nos principais programas de pós-graduação stricto-sensu do país, nos últimos três anos, todas disponíveis nos sites dos respectivos programas.

A equipe fez uma breve amostragem dos trabalhos. Buscou-se privilegiar a pluralidade dos programas de pós-graduação e a diversidade da temática abordada por essas pesquisas, que vão desde a questão de Itaipu ao papel da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos deputados. Com isso, espera-se demonstrar a ampliação quantitativa e qualitativa da agenda das pesquisas na área de Política Externa Brasileira, bem como, ajudar a difusão das obras entre os membros da comunidade acadêmica. Por fim, destaca-se que o atual banco de resumo **não é** um índice qualitativo dos trabalhos.

Boa pesquisa.

Equipe Editorial Monções.



Autor (a)	Ana Paula da Silva
Título	A construção da coordenação política e da cooperação estratégica entre Brasil e Argentina na área nuclear (1980-1997)
Orientador (a)	Héctor Luis Saint-Pierre
Defesa	2011
Programa / Instituição	UNESP/FCHS/Franca – Mestrado História
Resumo:	<p>O trabalho analisa o processo histórico do surgimento, desenvolvimento e consolidação da coordenação política e da cooperação estratégica entre Brasil e Argentina na área nuclear. Levando em conta a rivalidade existente entre os dois países, faz-se um exame das políticas interna e externa exercida por ambos, considerando ainda aspectos importantes da política regional e global, e de que maneira foram implantados os mecanismos para a superação da desconfiança mútua e estabelecimento da cooperação, baseada na assinatura de uma série de acordos e declarações conjuntas. O recorte temporal utilizado aborda desde a assinatura do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado em maio de 1980, que evidencia o surgimento de uma nova proposta estratégica e geopolítica nas relações bilaterais, até a assinatura, em novembro de 1997, da Declaração Conjunta por ocasião do 5º Aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), que atesta a consolidação de uma relação baseada na coordenação política e cooperação no campo nuclear entre ambos os países.</p>
Palavras-Chave	Política externa; Cooperação Brasil-Argentina
Link	http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20112133004072013P0



Autor (a)	Kamilla Raquel Rizzi
Título	O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)
Orientador (a)	Paulo Gilberto Fagundes Visentini
Defesa	2012
Programa / Instituição	UFRGS – Ciência Política - Doutorado
Resumo:	A presente Tese de Doutorado em Ciência Política analisa o conteúdo político, econômico, cultural e cooperativo da política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (os Pequenos PALOP), no período compreendido entre 1974 e 2010. O estudo da orientação dessa política em relação ao sistema mundial e, a partir desse, para atores específicos (como Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) concretizou-se na identificação do interesse brasileiro nesses países e na forma como esse se manteve ao longo do período estudado: a ação cooperativa externa, nos marcos da cooperação Sul-Sul. Palavras-chave: Política externa brasileira; Cabo Verde; Guiné-Bissau; São Tomé e Príncipe; PALOP.
Palavras-Chave	Política externa brasileira; Cabo Verde; Guiné-Bissau; São Tomé e Príncipe; PALOP.
Link	http://hdl.handle.net/10183/54081



Autor (a)	Tiago Estivallet Nunes
Título	Política externa brasileira para a América Central e o Caribe (1995-2010): a ampliação das esferas de influência de uma potência média emergente.
Orientador (a)	André Luiz Reis da Silva
Defesa	2012
Programa / Instituição	UFRGS – Ciência Política - Mestrado
Resumo:	Apesar de manter relações diplomáticas com os países da América Central e do Caribe desde o princípio do século XX, a diplomacia brasileira se manteve distante dessa região até pouco tempo atrás. Para os formuladores da política externa brasileira, existiam “duas Américas” que integravam distintas esferas de influência. Nesse sentido, o Brasil concentrou a sua atuação regional junto aos países sul-americanos – respeitando a supremacia estadunidense sobre a porção setentrional do continente. Contudo, esse cenário de distanciamento vem se alterando de forma gradual no período recente. Juntamente com outras regiões que até então não faziam parte da agenda diplomática brasileira, a América Central e o Caribe passaram a receber uma maior atenção da chancelaria do país, na busca por novos parceiros que apoiassem seus projetos internacionais. Destarte, o presente trabalho buscou analisar a formulação e a implementação de uma política externa brasileira específica para essa região. Para tanto, foram observados os projetos brasileiros no subcontinente ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A partir da análise empírica, argumenta-se que a transformação testemunhada no período recente é decorrente das alterações internas sofridas ao longo da década de 1990 – que, por um lado, ampliaram consideravelmente a importância da variável externa no projeto de desenvolvimento nacional, e por outro, possibilitaram ao país uma atuação mais proeminente no sistema internacional. Argumenta-se ainda que a inclusão da região centro-americana e caribenha na agenda internacional brasileira faz parte da busca por uma democratização da política internacional e pela consolidação de um sistema internacional multipolar como forma ampliar o grau de autonomia do país.
Palavras-Chave	Política Externa Brasileira; América Central; Caribe; Potência Média Emergente; Governo Fernando Henrique Cardoso; Governo Luiz Inácio Lula da Silva.
Link	http://hdl.handle.net/10183/62025



Autor (a)	Andrea Oliveira Ribeiro
Título	Leituras brasileiras sobre a nova ordem internacional
Orientador (a)	João Marcelo Ehlert Maia
Defesa	2011
Programa / Instituição	FGV – História - Mestrado
Resumo:	<p>O presente trabalho é resultado de pesquisa realizada a respeito das leituras brasileiras sobre a Nova Ordem Internacional. A partir da investigação em fontes históricas depositadas no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), como os documentos textuais do Arquivo Marcílio Marques Moreira e as entrevistas de Celso Amorim, Celso Lafer, Gelson Fonseca e Luiz Felipe Lampreia, procurouse analisar as principais ideias de três personagens históricos diretamente envolvidos com a formulação da política externa brasileira no período da Nova República, mais especificamente entre 1989 e 1994: Celso Lafer, Gelson Fonseca e Rubens Ricupero. Para tanto, buscou-se destacar as principais formas de interpretação do sistema internacional alterado pelo fim do conflito bipolar com o apoio da literatura mais recente produzida na área, como os trabalhos de Odd Westad (2005), Andrew Hurrell (2001, 2007) e John Ikenberry (2005). Os dados coletados durante o processo de feitura da pesquisa permitem-nos afirmar que, no Brasil, os temas da autonomia e do desenvolvimento são resilientes. Os debates sobre autonomia e desenvolvimento, tão caros ao discurso acadêmico e político nacionalista desenvolvido nos anos 50, além de terem permanecido como preocupação de fundo nas análises dos formuladores de política externa, demonstra que, no Brasil, o discurso modernizante retomou as ideias básicas do pensamento político nativo.</p>
Palavras-Chave	Integração econômica internacional; Brasil; relações Exteriores.
Link	http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2011931011012012P8



Autor (a)	Rodrigo Oliveira de Lima
Título	Brasil-FMI: a política externa financeira no desenvolvimento internacional.
Orientador (a)	Vera Lucia Michalany Chaia
Defesa	2011
Programa / Instituição	PUC/SP – Ciências Sociais - Doutorado
Resumo:	<p>A relação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) guarda, uma expressiva quantidade de experiências acumuladas, bem como embates políticos sobre os modelos de desenvolvimento econômico que, suscitaram, permanentemente, a atualização dos debates nacionais no que diz respeito ao posicionamento do país nas suas relações internacionais. Para tanto, a política externa brasileira, diante de novos dilemas, ao término da Segunda Guerra Mundial, foi rearticulada em seu papel, inserção e atuação na Economia Internacional e Macroeconomia Financeira durante o período de formação das instituições de Bretton Woods. Caminhos foram construídos para a relação do Brasil com os organismos financeiros internacionais neste período de pós-guerra. Nesse sentido, o Banco do Brasil, dispôs de novas instalações para as visitas técnicas internacionais para o intercâmbio das operações financeiras. E um departamento específico foi criado pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o Departamento de Política Financeira do Ministério das Relações Exteriores (DPF-MRE), com o objetivo de assessoramento do Poder Executivo e Ministério da Fazenda. Peremptoriamente, o DPF-MRE produziu linhas de atuação estratégica em ambiente multilateral, em resposta a Globalização Financeira em curso. O trabalho acompanhará os registros produzidos pelo DPF que, dão conta do relacionamento de autoridades brasileiras no FMI, em contendas financeiras na segunda metade do século XX. Empiricamente, a documentação obtida no Arquivo Histórico do Itamaraty, em conjunto a literatura tratará as discussões, críticas e contribuições dos autores ao tema e assunto. A narrativa percorrerá as formulações políticas e as discussões que levaram a estruturação de uma política externa financeira para o desenvolvimento internacional.</p>
Palavras-Chave	Brasil. FMI, Política externa, Relações financeiras, Relações diplomáticas.
Link	http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13389



Autor (a)	Tomaz Espósito Neto
Título	Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder.
Orientador (a)	Oliveiros da Silva Ferreira
Defesa	2012
Programa / Instituição	PUC/SP – Ciências Sociais - Doutorado
Resumo:	O objetivo do presente trabalho é examinar as relações entre o Brasil e o Paraguai durante as tratativas políticas sobre a construção de Itaipu, que se iniciaram em 1962, com a divulgação do projeto Otávio Marcondes Ferraz, e tiveram seu término em 1979, com a assinatura do Acordo Tripartite, que consolidou um marco legal na exploração hidroelétrica na bacia do Rio da Prata. Esta análise é crucial para o entendimento da atuação da política externa brasileira e das relações de poder interestatais em torno da construção da usina hidroelétrica binacional de Itaipu.
Palavras-Chave	Itaipu, Política Externa Brasileira, Política Externa Paraguai.
Link	http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=14734



Autor (a)	Gustavo Miranda Puerari
Título	Empresariado e política externa brasileira para a África: convergências e associações no governo Lula.
Orientador (a)	Leticia de Abreu Pinheiro
Defesa	2012
Programa / Instituição	PUC/RJ– Relações Internacionais - Mestrado
Resumo:	<p>Com base no marco teórico liberal de Moravcsik e de Risse-Kappen, a presente pesquisa analisa as interações entre o empresariado e o governo brasileiro durante os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva, no período de 2003 a 2010, no âmbito da política externa nacional para a África. Nos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva, a África voltou a ocupar um papel de destaque na política externa brasileira. Diversas viagens presidenciais e de comitivas do governo foram realizadas ao continente, assim como representações diplomáticas brasileiras foram ali abertas (e vice-versa). Grandes empresas nacionais iniciaram vultosos investimentos naquele continente, aumentando a importância dos mercados africanos para a comunidade empresarial e para a balança comercial brasileira. As estruturas domésticas podem influenciar a formulação da política externa, assim como o governo pode utilizar-se de políticas públicas para catalisar seus interesses em conjunto/associação com membros do setor produtivo privado. O Brasil, por sua vez, com vistas ao seu desenvolvimento econômico e aumento de seu poder decisório na arena internacional, busca utilizar o empresariado como ponta de lança em sua política externa. As interações entre o governo e o setor privado muitas vezes possibilitam ganhos para uma ou ambas as partes. O acesso do empresariado às instâncias decisórias e às linhas de financiamento do governo brasileiro permite que algumas empresas tanto se utilizem do aparato estatal para se lançar ou aprofundar sua presença em mercados externos, assim como o governo pode utilizar os investimentos diretos daquele como moeda de troca com seus homólogos africanos. Neste contexto, foram analisadas as operações africanas de três grandes empresas de capital brasileiro: Vale na República da Guiné, Andrade Gutierrez na República do Congo e Camargo Corrêa em Moçambique.</p>
Palavras-Chave	Política externa brasileira; Empresariado brasileiro; Política pública; África.
Link	http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/tesesabertas/1012236_2012_pretextual.pdf



Autor (a)	Suhayla Mohamed Khalil Viana
Título	Da institucionalização à prática: A política externa brasileira para o Terceiro-Mundo nas décadas de 1950 e 1960
Orientador (a)	Vagner Camilo Alves
Defesa	2011
Programa / Instituição	UFF – Estudos Estratégicos – Mestrado.
Resumo:	Este trabalho trata das relações do Brasil com o terceiro-mundo nos dois primeiros governos militares pós-1964. O problema que motivou o trabalho é que, embora o discurso de política externa do governo Castello Branco fosse fortemente vinculado à bipolaridade, ao alinhamento com os Estados Unidos e ao combate ao comunismo, a prática mostrou um estreitamento de relações com o terceiro-mundo e seus arranjos, propugnadores de uma nova divisão de mundo, muitas vezes vista como subversiva. Tal prática permaneceu no governo Costa e Silva, já sob nova tônica. Sugerimos que a análise de idéias institucionalizados é fundamental para explicar a atuação brasileira frente ao terceiro-mundo entre os anos de 1964 e 1969.
Palavras-Chave	Política externa brasileira; terceiro-mundo; regime militar; PEI.
Link	http://www.uff.br/ppgest/page29/files/suhayla_khalil.pdf



Autor (a)	João Paulo Marques Schittini
Título	A agenda do desenvolvimento na promoção dos direitos humanos: uma análise da política externa brasileira no governo Lula
Orientador (a)	Miriam Gomes Saraiva
Defesa	2011
Programa / Instituição	UERJ – Relações Internacionais - Mestrado
Resumo:	Os direitos humanos consolidaram um conjunto de valores ético-políticos considerados fundamentais para assegurar o respeito à dignidade do ser humano. externa de países como o Brasil. A consagração do Direito ao Desenvolvimento (DaD) como um direito humano desafia a divisão artificial dos direitos humanos e revela a evolução temática deste campo de estudo. Essa dissertação usa o instrumental dos direitos humanos para avaliar a relevância e a singularidade de algumas posições brasileiras. Após uma dissonância observada nos anos 1970, reflexo do ciclo autoritário por que passava o país, verificou-se postura cooperativa do Brasil nas proposições que versavam sobre o DaD. No mesmo sentido, observou-se que, conquanto não seja conceito recorrente no discurso oficial brasileiro, as posições do país, no que dizem respeito ao modelo de desenvolvimento defendido e aos direitos humanos, autorizam a inferência de que há uma harmonia em relação aos princípios fundamentais dispostos na Declaração sobre o DaD, de 1986. Da análise das posições brasileiras, tornou-se possível particularizar a política externa do governo Lula. Do levantamento das variáveis internas e externas que exercem influência sobre a formulação política do governo, bem como das iniciativas públicas e dos discursos oficiais, encontramos alguma evidência empírica no sentido de que a política externa brasileira para os direitos humanos, na administração de Luiz Inácio Lula da Silva, passa por um viés de promoção do desenvolvimento e de crítica à ordem internacional. A política se singulariza por incorporar uma dimensão de valores à crítica. Com isso, harmoniza-se com as posições defendidas pelo país nos plenários internacionais, onde o tema do DaD tem sido objeto de debate.
Palavras-Chave	Sistema internacional. Desenvolvimento. Direitos Humanos. Política Externa.
Link	http://www.ppgri.uerj.br/form/JoaoPaulo.pdf



Autor (a)	Dhiego de Moura Mapa
Título	Inserção internacional no governo Lula: o papel da política africana
Orientador (a)	Miriam Gomes Saraiva
Defesa	2011
Programa / Instituição	UERJ – Relações Internacionais - Mestrado
Resumo:	<p>O arco geográfico de atuação internacional de um país se delimita a partir das linhas de ação traçadas pela política externa. No caso brasileiro, o continente africano é percebido pelo pensamento diplomático como espaço privilegiado para a presença internacional do Brasil, em vista dos laços históricos e culturais, além de complementaridades econômicas e políticas. Essa percepção apresentou oscilações ao longo dos anos, nas relações Brasil-África, em uma dinâmica de maior aproximação ou afastamento, em vista de conjunturas internacionais e domésticas de ambos os lados. Nos últimos anos, ao longo do governo de Lula da Silva no Brasil, esse movimento convergiu para o estreitamento de laços e estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação diversos. A compreensão desse processo, bem como de seus desdobramentos iniciais, é o que se pretende tratar na dissertação ora apresentada. Ao arguir acerca da relevância das relações diplomáticas do Brasil com países africanos, a presente dissertação baseou-se em levantamento de dados de comércio exterior, análise de discurso diplomático, leitura de reflexões de especialistas e acompanhamento dos desdobramentos suscitados pela valorização do continente africano para a política externa brasileira. A pesquisa efetuada encaminhou-se para o levantamento da hipótese acerca da assertividade e pragmatismo da política africana de Lula da Silva, em vista de seus resultados e vínculos com o interesse nacional.</p>
Palavras-Chave	Relações Brasil-África. Política Africana. Governo Luis Inácio Lula da Silva. Política Externa Brasileira.
Link	http://www.ppgri.uerj.br/form/DissertacaoDhiego.pdf



Autor (a)	Ana Carolina Vieira de Oliveira
Título	Brasil e Argentina sob Lula e Kirchner(s): percepções de política externa e efeito sobre o Mercosul (2003-2010)
Orientador (a)	Miriam Gomes Saraiva
Defesa	2012
Programa / Instituição	UERJ – Relações Internacionais - Mestrado
Resumo:	<p>Brasil e Argentina nutriram ao longo de décadas sentimento de rivalidade. Aos poucos, tal sentimento foi substituído pela cooperação e conseqüentemente integração entre os mesmos. A aproximação entre os países culminou na formulação do Mercado Comum do Sul, um dos blocos mais importantes da região sul-americana. Porém, ao longo da década de 1990, a organização passou por momentos de crises, bem como as próprias economias nacionais. Isto provocou a possibilidade de haver retrocesso ou até mesmo a dissolução do bloco que, em períodos anteriores, já tinha proporcionado aumento de fluxo de comércio e de confiança entre seus dois membros maiores. No entanto, a partir de 2003, novos governantes que assumiram o cargo de presidente no Brasil e na Argentina propiciaram uma mudança naquele contexto. Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, e Néstor Kirchner, presidente da Argentina, subiram ao poder com ideias e objetivos muito semelhantes para a integração regional. Também, havia grande preocupação com o outro em termos de política externa, considerado como forte parceiro em termos políticos, estratégicos e econômicos. A partir da aplicação de literaturas que colocavam o Estado como figura central na elaboração de política externa e de mudanças na mesma, assim como daquelas que estudam o período de 2003 a 2010, avalia-se Brasil e Argentina. O segundo mandato de Lula e o mandato de Cristina Fernández de Kirchner também são estudados, porque são considerados governos de continuidade aos anteriores. A partir desta reaproximação de Brasil e Argentina, enquanto Estados, pode-se perceber uma mudança na reconfiguração do Mercosul. Há maior interesse político para que o bloco seguisse por caminhos que não o meramente comercial. Desde então, há maior quantidade de iniciativas dentro do bloco, e maior disponibilidade e confiança por parte dos governos.</p>
Palavras-Chave	Política Externa; Brasil; Argentina; MERCOSUL; Mudança; Integração Regional.
Link	http://www.ppgri.uerj.br/form/AnaCarolina.pdf



Autor (a)	Paula Gomes Moreira
Título	Política Externa Brasileira para a Amazônia: imperativos, atores e políticas (1964-2002)
Orientador (a)	Antonio Carlos Peixoto
Defesa	2012
Programa / Instituição	UERJ – Relações Internacionais - Mestrado
Resumo:	<p>A presente dissertação demonstra as mudanças introduzidas na formulação de política externa para a Amazônia com a entrada de novos atores com interesses variados na área. Ao longo do texto é mostrado como a diversidade de atores que participa desse processo mostra-se diferenciada com relação ao de outras regiões do Brasil. A dissertação tem como objetivo ampliar o debate acerca do papel de atores não-tradicionais nessa área de estudos, inserindo-os em uma corrente de pensamento que olha a política externa tanto a partir de seus constrangimentos internos quanto pelo viés das "forças profundas" que atuam no cenário internacional. A importância desse estudo para as pesquisas envolvendo a Amazônia deve-se, principalmente, em função da área possuir uma variedade de atores com caráter doméstico, internacional ou transnacional que atuam através de lobbies e redes políticas na tentativa de influenciar as políticas domésticas e externas para o espaço. Apresenta então a discussão do surgimento das principais preocupações da política externa no que tange o espaço brasileiro da floresta em decorrência da maior atenção verificada na arena internacional com o meio ambiente, o que traz mudanças políticas importantes durante o período autoritário (1964-1985). Como consequência da redemocratização (1985-2002) e do aumento dos fluxos intra e interpaises, o espaço amazônico devido a suas riquezas potenciais voltou ao cerne dos debates de meio ambiente, o que teve impactos diretos no rearranjo político doméstico. Mais atores passaram a atuar na discussão pública sobre a floresta o que gerou novas formas de promoção da política externa do país nesse campo por meio de grupos e novas condutas na sua história diplomática, porém em acordo com seu principal formulador de política externa: o Itamaraty.</p>
Palavras-Chave	Política Externa Brasileira; Meio Ambiente; Amazônia; Grupos de interesse 1964-2002.
Link	http://www.ppgri.uerj.br/form/Paula.pdf



Autor (a)	Gabriela Gonçalves Barbosa
Título	A inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no governo Lula (2003-2010)
Orientador (a)	Silvia Garcia Nogueira
Defesa	2012
Programa / Instituição	UEPB – Relações Internacionais - Mestrado
Resumo:	<p>As relações do Brasil com a América do Sul nem sempre foram consideradas prioritárias para a política externa brasileira. Ao analisarmos o histórico de aproximações e distanciamentos do Brasil em relação aos seus vizinhos, percebemos que durante a década de 1990 começa a ocorrer uma mudança de foco, especialmente após a adesão do México ao NAFTA, seguido pela proposta de criação da ALCA pelos Estados Unidos, crises financeiras e atentados de 11 de setembro de 2001, entre outros. Já no final do governo Cardoso percebe-se a necessidade do aprofundamento político com a América do Sul, mas é apenas durante os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva que essa ideia foi amplamente defendida e de certo modo, popularizada. Sendo assim, este trabalho busca discutir a importância atribuída ao sul-americanismo para a Política Externa do Brasil a partir de uma análise da inserção da “América do Sul” discurso diplomático brasileiro durante o governo Lula. Para isso, serão analisados os pronunciamentos oficiais do presidente Lula entre 2003 e 2010. A abordagem dos modernistas lingüistas ao enfatizarem o discurso e seu poder de construir a realidade social nos serve de inspiração, e ao final, propomos uma análise da inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no período objeto do nosso estudo a partir da ideia “correção de modelo” e do aprofundamento do paradigma logístico - propostos por Cervo, e também da ideia de “continuidade de parâmetros de política externa” e do conceito de diplomacia presidencial - propostos por Danese. Percebemos que a consolidação da América do Sul, no entendimento do governo brasileiro, seria um processo chave na qualidade da inserção internacional do Brasil, onde o grande desafio é estabelecer a confiança nas relações políticas a partir de uma demonstração de comprometimento do Brasil com o aprofundamento da integração sul-americana, passando por um processo de conhecimento e convencimento que, através de atos da fala e relacionamento direto, a coordenação entre os países da América do Sul é de destacada importância para uma participação mais eficaz em foros internacionais.</p>
Palavras-Chave	Política Externa Brasileira; Discurso Diplomático; Governo Lula; América do Sul.
Link	http://posgraduacao.ascom.uepb.edu.br/ppgri/?wpfb_dl=19



Autor (a)	Rodrigo Santiago da Silva
Título	A política externa brasileira analisada em três dimensões: um estudo sobre a comissão de relações exteriores e de defesa nacional da Câmara dos Deputados.
Orientador (a)	Marcelo Medeiros
Defesa	2012
Programa / Instituição	UFPE – Ciência Política - Mestrado
Resumo:	<p>O principal objetivo desta pesquisa é analisar a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, em três dimensões (individual, institucional e partidária). O foco é na elaboração da política externa, durante as 52ª e 53ª legislatura. Partese do pressuposto de que em matérias de política externa, o Legislativo pode atuar como um ponto de veto. Na literatura há duas importantes correntes. A primeira aponta os parlamentares como omissos em debates sobre o tema; E a segunda, acredita que mesmo com restrições, o Congresso tenta influenciar na questão supracitada. Para responder aos objetivos da pesquisa são empregadas três estratégias. A primeira (atuação individual) busca analisar os momentos em que os parlamentares exercem o controle ex-post na CREDN. A segunda (relação institucional) verifica se há interferência do Executivo sobre o trabalho legislativo na CREDN. A terceira (dimensão partidária) observa se há diferenças entre os membros das comissões. Neste caso, entre os deputados da CREDN e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Os resultados assinalam para: (1) Baixo controle do Executivo na CREDN; (2) Uma relevante participação do parlamentares, o que nos impossibilita aderir à tese da passividade dos deputados; e, (3) Que não existem diferenças significativas entre o perfil dos deputados da CREDN, comparados aos da CCJC.</p>
Palavras-Chave	Política Externa; Sistema de Comissões; Poder Legislativo; Poder Executivo
Link	http://ufperi20122.files.wordpress.com/2012/11/ufpe_dissertac3a7c3a3o_rodriigo.pdf



Autor (a)	Guilherme do Prado Lima
Título	A atualização da política externa do Brasil na agenda internacional ambiental a transformação da posição brasileira em mudança do clima
Orientador (a)	Antonio Carlos Lessa
Defesa	2012
Programa / Instituição	UnB – Relações Internacionais - Merstrado
Resumo:	A política externa ambiental brasileira alterou-se quanto à posição sobre mudança do clima, a partir de 2009, ao assumir compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa. Busca-se nesse trabalho identificar essa mudança, bem como as motivações, processos e consequências, com o objetivo de analisar a atualização da política externa no regime internacional de governança climática e de compreender a alteração de posturas tradicionais e o significado do novo posicionamento. Reconhece-se que a atualização está inserida em uma conjuntura internacional e condicionada por um contexto doméstico. No âmbito do multilateralismo, recordou-se o papel do G77 entre as coalizões que o Brasil faz parte, como país em desenvolvimento, e o conflito com países desenvolvidos no regime. Nesse contexto, o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) é a expressão dos países emergentes em buscar garantir que seus interesses, principalmente aqueles não compartilhados com o G77, sejam devidamente contemplados nos resultados das negociações.
Palavras-Chave	Política externa brasileira, Meio ambiente, mudança do clima
Link	http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/11557



Autor (a)	Haroldo Ramanzini Junior
Título	Processo decisório de política externa e coalizões internacionais: as posições do Brasil na OMC
Orientador (a)	Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira
Defesa	2010
Programa / Instituição	USP – FFLCH – Ciência Política - Mestrado
Resumo:	O objetivo desta dissertação consiste em analisar a atuação da coalizão G-20, no âmbito da Rodada Doha, da OMC, tendo como foco principal o entendimento das posições brasileiras na coalizão. Procuramos compreender a receptividade da política externa brasileira às pressões domésticas, no caso da atuação do país, no G-20, bem como a influência dos atores domésticos, governamentais e não governamentais, no processo de formulação e de implementação da estratégia brasileira na coalizão. Argumentaremos que a forma como o Brasil atua, no G-20, relaciona-se, tanto com o processo interno de construção da posição negociadora do país, quanto com os limites que a própria lógica das negociações estabelece. A unidade de decisão que estrutura a posição brasileira é uma variável importante para o entendimento da postura do país e para manutenção da coalizão.
Palavras-Chave	Coalizões internacionais; G-20; OMC; Política externa brasileira; Processo decisório; Rodada Doha
Link	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02032010-174055/pt-br.php



Autor (a)	Wilson Mendonça Junior
Título	A Cooperação Técnica com a África como instrumento de Política Externa nos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula da Silva
Orientador (a)	Carlos Aurélio Pimenta de Faria
Defesa	2012
Programa / Instituição	PUC/MG – Relações Internacionais - Mestrado
Resumo:	<p>Esta dissertação realizou um estudo comparativo entre os governos FHC (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010), tendo como base os acordos de cooperação técnica prestados pelo Brasil na África e a relação desses com as diretrizes de política externa implementadas em cada período. Objetivou-se examinar as estratégias gerais de política externa dos dois governos e o papel nelas concedido ao continente africano, bem como analisar a Política Africana de Lula da Silva, sob a ótica da cooperação técnica entre países em desenvolvimento (Sul-Sul), examinando a sua dispersão geográfica e a variedade temática ofertada e/ou demandada por parceiros novos e tradicionais. Realizou-se, para tanto, a compilação de dados de todos os atos internacionais que se enquadrariam no escopo desta pesquisa, ao longo do espaço temporal pré-estabelecido (1995-2010). Para tratar dos temas concernentes à política externa de cada período, recorreu-se à revisão bibliográfica e a questionários que foram submetidos a profissionais do Ministério das Relações Exteriores. A avaliação dos dados, associada à análise do contexto histórico em que os acordos foram firmados, demonstrou a estreita relação entre a gestão dos acordos de cooperação técnica internacional e as diretrizes de política externa de cada período. Identificou-se, ademais, a possível instrumentalidade dos atos de cooperação internacional brasileiros como potencial recurso de poder brando, para fins de projeção e de inserção internacionais do país em distintos âmbitos da comunidade internacional</p>
Palavras-Chave	Cooperação técnica; teses; Cooperação Internacional; África; Política Externa; Brasil; Relações Internacionais.
Link	http://www.sistemas.pucminas.br/BDP/SilverStream/Pages/pg_BDPPrincipal.html



Autor (a)	Adriana Mesquita Corrêa Bueno
Título	Política Externa Brasileira e Coalizões do Sul: o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBSA)
Orientador (a)	Henrique Altemani de Oliveira
Defesa	2010
Programa / Instituição	PUC/SP – STD - Mestrado
Resumo:	<p>Este trabalho desenvolve análise da relação da política externa brasileira com as coalizões do Sul, especificamente por meio do estudo de caso do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBSA). A agenda da Política Externa Brasileira do governo Lula (2003-2010) privilegiou a cooperação Sul-Sul como consequência da nova situação internacional multilateral dos anos 1990 e da inserção internacional realizada pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro. Neste contexto, o Brasil buscou uma posição de líder do Sul, organizando a ação coletiva e cooperando com outros países em desenvolvimento. O Fórum IBSA representa a institucionalização cooperativa que congrega não apenas três países em desenvolvimento, mas também líderes regionais e democráticos que escolheram a cooperação Sul-Sul como uma de suas prioridades para atingir o desenvolvimento. Estes três países cooperam em fóruns multilaterais desde as décadas de 1980 e 1990 e compartilham valores comuns como democracia, inclusão social, direitos humanos e igualdade. É neste contexto que se deve compreender a cooperação trilateral que levou à criação desta parceria, em junho de 2003. Neste sentido, este trabalho visa analisar o papel do IBSA na agenda da política exterior do Brasil, qual a importância deste, enquanto organizador da ação coletiva desta coalizão do Sul e examinar as vantagens, limitações e perspectivas da parceria trilateral.</p>
Palavras-Chave	Política externa brasileira; Cooperação Sul-Sul; Líderes Regionais/ IBSA.
Link	http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/dissertacoes-e-teses/item/135-2010-05-03-adriana-mesquita-correa-bueno.html



Autor (a)	Frederico de Almeida Castro Marinho
Título	A cooperação entre Brasil e Estados Unidos na área de biocombustíveis
Orientador (a)	Flávia de Campos Melo
Defesa	2011
Programa / Instituição	PUC/SP – STD - Mestrado
Resumo:	A dissertação analisa as ações da Política Externa Brasileira (PEB) para a área de energia entre 2003 e 2010, sendo foco central conferido ao etanol e a cooperação com os Estados Unidos da América (EUA). É por meio desse ponto referencial que se contextualiza e explicitam as causas e os objetivos que influenciam a ação bilateral e multilateral do governo brasileiro perante ator central nessa área, os Estados Unidos da América. A análise da literatura que versa sobre o tema e sobre o processo de interação, especialmente nos aspectos técnicos, entre Brasil e Estados Unidos no âmbito do etanol, apontam a existência de três elementos centrais para o desenvolvimento das ações do governo brasileiro nessa área.
Palavras-Chave	Relação internacional, Biocombustível, Cooperação internacional, Política externa, Energia, Estados Unidos
Link	http://repositorios.inmetro.gov.br/handle/10926/1259



Autor (a)	Daniel Wartchow
Título	Ideologia e razão : as transformações na política exterior brasileira durante o Governo Lula da Silva (2003-2010)
Orientador (a)	Raúl Enrique Rojo
Defesa	2012
Programa / Instituição	UFRGS – Relações Internacionais – Mestrado
Resumo:	<p>Esta dissertação defende que a política externa brasileira sofreu transformações significativas durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva. Neste período, o Brasil mudou seu foco de ação diplomática, passando a privilegiar a chamada esfera Sul-Sul. Neste sentido, países e regiões que eram apenas parceiros periféricos, passaram a ser alvo de esforços diplomáticos inéditos na história internacional brasileira. Estas transformações estão relacionadas com uma ruptura da própria estrutura geradora da diplomacia, dentro do Ministério das Relações Exteriores. Busca-se elucidar os principais fatores que levaram as mudanças. Para isso, são desenvolvidas três questões fundamentais: a primeira considera se houve uma ruptura nos moldes segundo os quais o Itamaraty lidou com a política externa brasileira neste período. A segunda trata em qual medida essa ruptura esteve relacionada à visão-mundo, e a ideologia presente no grupo político que chegou ao poder com a eleição de Lula da Silva. Por fim, a terceira estuda as vantagens e desvantagens que esse tipo de abordagem resultou quanto à composição da diplomacia brasileira nas relações exteriores.</p>
Palavras-Chave	Política externa brasileira, governo Lula da Silva, governo Cardoso, Itamaraty, ruptura
Link	http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61197